

AS PRAÇAS: HISTÓRIA, USOS E FUNÇÕES

PARKS: HISTORY, USES AND FUNCTIONS

Thiago Hernandes de Souza LIMA¹

RESUMO: Quem de nós não possui alguma lembrança, mesmo que remota, de momentos de lazer, de convívio e de entretenimento vivido nas praças? Tidas como um dos principais ícones urbanos, as praças ao longo da história exerceram diferentes formas de usos e funções, partindo da *ágora grega* – mãe da praça ocidental – até a *praça contemporânea*. Assim, esse ensaio tem por objetivo realizar uma revisão histórica das várias formas de concepção das praças diante dos diferentes usos e funções atribuídos a ela ao longo da história.
UNITERMOS: praça; turismo; história; pesquisa.

ABSTRACT: Who doesn't have some memories, even remote, of moments of leisure; conviviality and entertainment at parks or squares? Known as one of the main urban icons, parks had different ways of uses and functions along the history, from Greek *ágora* – mother of the western square – to the contemporary squares or parks. So, the aim of this article is to accomplish a revision history in the several ways of conception of squares towards its different uses and functions throughout history.
UNITERMS: square; tourism; history; research

¹ Geógrafo; Mestre em Análise Ambiental. Professor de Geografia no Ensino Médio e de disciplinas na área ambiental no Centro Paula Souza.

1. A praça no mundo e sua evolução histórica

Muitas são as definições referentes ao termo *praça*. Mesmo havendo muitas divergências e discussões sobre um consenso na definição de seus usos e funções, todos concordam que são espaços públicos característicos do meio urbano.

No decorrer da história e com a evolução das cidades e o papel das praças se alterou significativamente no contexto urbano; entretanto, o papel, a função, o caráter social que sempre a permeou, permaneceu com a sua mais peculiar característica, ou seja, de ser um espaço onde o cidadão pode circular livremente, sem restrições, de ser local de encontro, de lazer e de discussões.

Conforme afirma De Angelis (2000), “tem sido usual o estudo das praças a partir de uma visão arquitetônica e, mais recentemente, pelo enfoque da percepção ambiental”. Nesse trabalho, estaremos contemplando as praças não somente como estrutura física, mas também enquanto espaço destinado e ocupado pelo homem para usos e funções das mais diferentes. E é justamente por considerar esses mais diversos atributos que realizamos uma análise qualitativa para avaliar se esses espaços vitais para a harmonia urbana possuem condições de abrigar os mais diferentes usos de uma população urbana cada vez mais crescente.

Atualmente, estudiosos e pesquisadores do assunto resgatam a força cívica e histórica das “ágoras gregas”, dos “fóruns romanos” com o intuito de demonstrar a força que esses espaços, ou seja, as praças, possuíam na Europa Medieval, sendo caracterizadas como espaços polivalentes, caracterizados pela existência de manifestações populares.

Conforme nos afirma Robba & Macedo (2002, p.15): “as *piazze italiane*, as *places royales* francesas, as *plazas mayores* espanholas e as *squares* inglesas também são frequentemente objeto de estudos sobre a formação do espaço público urbano e estão normalmente associados ao ideal máximo de praça pública”.

Conforme De Angelis (2000) lembra que, no decorrer da História, a praça tem sido um espaço no qual fatos da maior rele-

vância ocorreram. Na ágora, Sócrates fora colocado sob processo. No Fórum de Roma nasceu o Império homônimo. A Praça de São Petersburgo foi o berço da Revolução Comunista na extinta União Soviética. Na Plaza de Mayo, em Buenos Aires, surgiu e resiste o movimento de mães que buscam seus filhos desaparecidos durante o regime militar. A Praça de Tiananmen – ou T'ien-Na-Men – (Praça da Paz Celestial), em Pequim, é símbolo e testemunha da agonia e morte dos que buscavam democracia e liberdade na primavera de 1989.

A sociedade, em constante mutação, tem conferido feições diversas às praças ao longo do tempo. Assim o é desde a *ágora* onde, segundo SALDANHA (1993), mais do que praça de mercado ela era o espaço central e vital, tornado historicamente símbolo da presença do povo na atividade política. Os gregos diziam que havia povos com ágora e povos sem ágora, uns com liberdade e outros sem liberdade. Centro dinâmico da cidade grega, a ágora é a antecessora remota de nossas praças. Quando de sua origem, era o local de reunião dos cidadãos; espaço aberto, foco da composição urbanística onde se fazia uso da palavra, falava-se de política e se formavam as correntes de opinião. Nela se fazia presente o cidadão comum que fazia valer seu direito de expressar seu pensamento. Para MUMFORD (1982) a função social do espaço aberto persistiu nos países latinos – *plaza*, *campo*, *piazza*, *grand-place* – descendendo diretamente da ágora. (DE ANGE-LIS, 2000, p. 40)

Deveras importante lembrar que a morfologia das praças medievais europeias, estava inserida na dinâmica e no contexto da cidade de épocas passadas, fato esse que muito difere da realidade das praças brasileiras.

Assim sendo, pode-se afirmar que o Brasil possui milhares de praças, todavia, pouquíssimas possuem o “glamour”, o “requisito” e a “história” das celebradas praças medievais e renascentistas europeias.

Mas o que seria a praça hoje para os cidadãos urbanos “modernos”? Podemos entender cidade como um espaço amplo e diversificado, complexo, não havendo uma única forma ou função para determinados espaços, e sim, uma série de possibilidades, materializadas por inúmeras identidades práticas e cotidianas, que variam conforme a vivência, expectativa e imaginário de cada frequentador, através de ajustes aos novos arranjos dos lugares.

Vale ressaltar que nas cidades interioranas e até mesmo nas vilas rurais, as praças estão associadas a locais não apenas de encontro, mas também de entretenimento, com a realização de “quermesses” ou outras manifestações das diferentes culturas regionais.

Nos bairros periféricos acabam sendo associadas ao ócio e a incipientes atividades de negócio.

Nas praças de cidades de porte médio a grande, cenas como práticas de atividades esportivas, bate-papo diário entre aposentados, casais namorando, jovens passeando, conversas no final da tarde têm sido cada vez menos comum, em virtude de diferentes razões, dentre as quais podemos citar a falta de segurança e de manutenção dos equipamentos.

Infelizmente, nesses casos, tem sido relegada à algumas praças a simples função de local de passagem e de referência, negando, assim, todo o glamour que outrora permeava o imaginário das praças.

Conforme as cidades vão crescendo e as praças vão sendo incorporadas ao cenário urbano sem planejamento, estas acabam deixando de ser pontos específicos do lazer e do encontro, passando a ser apropriadas por atividades do comércio, estacionamento de veículos e, dependendo de sua localização, transformam-se em locais de atividades ilícitas, essas últimas mais comuns nos centros urbanos de maior porte.

Vale ressaltar que, independentemente do que se buscam, as praças são marcadas por uma grande fluidez na circulação de pessoas.

Quando falamos em praças, principalmente nós moradores de área tropical, logo nos vêm em mente áreas que deveriam ser repletas de “verdes” – gramados, árvores, pássaros etc. Entretanto, quando falamos de um universo tão amplo e antigo como as praças, se faz

de suma importância lembrar que esses espaços possuem formas, feições, usos e funções dos mais variados possíveis, indo desde espaços repletos de verdes com gramados, árvores, flores, áreas de lazer até espaços completamente impermeáveis sem nenhum “verde” e, mesmo assim, cumprindo a sua função.

A abrangência do termo gera algumas distorções quanto à terminologia dos espaços urbanos, pois algumas áreas batizadas de praça são apenas canteiros ou jardins urbanos remanescentes do traçado do sistema viário. Essa constatação é muito comum na realidade desse estudo. Canteiros centrais de avenidas, jardins, rotatórias, taludes e encostas ajardinadas são exemplos de jardins urbanos comumente chamados de praças.

Desse modo, podemos dizer que existe uma dificuldade com relação aos diferentes termos utilizados sobre as áreas verdes urbanas. Similaridades e diferenciações entre termos como áreas livres, espaços abertos, áreas verdes, sistemas de lazer, praças, parques urbanos, unidades de conservação em área urbana, arborização urbana e tantos outros, confundem os profissionais que trabalham nessa área. Esse problema existe nos níveis de pesquisa, ensino, planejamento e gestão dessas áreas e, conseqüentemente, nos veículos de comunicação. Nesse sentido foi desenvolvido um trabalho por Lima et al. (1994), na tentativa de definir esses termos, através de consultas a profissionais que trabalham nessa área e a experiência do grupo que desenvolveu o trabalho. A seguir apresentamos algumas definições retiradas desse trabalho:

- *Espaço Livre*: Trata-se do conceito mais abrangente, integrando os demais e contrapondo-se ao espaço construído em áreas urbanas. Assim, a Floresta Amazônica não se inclui nessa categoria; já a Floresta da Tijuca, localizada dentro da cidade do Rio de Janeiro, é um espaço livre.
- *Área Verde*: Onde há o predomínio de vegetação arbórea, englobando as praças, os jardins públicos e os parques urbanos. Os canteiros centrais de avenidas e os trevos e rotatórias de

vias públicas, que exercem apenas funções estéticas e ecológicas, devem, também, conceituar-se como área verde. Entretanto, as árvores que acompanham o leito das vias públicas, não devem ser consideradas como tal, pois as calçadas são impermeabilizadas.

- *Parque Urbano*: É uma área verde, com função ecológica, estética e de lazer, entretanto com uma extensão maior que as praças e jardins públicos.

Tomando como base os dois principais referenciais teóricos desse trabalho, De Angelis (2000) *A praça no contexto das cidades: o caso de Maringá – PR* e *Praças brasileiras* (2002), de Robba & Macedo, podemos entender praças como espaços livres públicos no cenário urbano, destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos, sejam esses espaços contemplados por áreas verdes ou não.

Dessa forma, independentemente de ser praça, jardins, canteiros, parques ou qualquer outra denominação, esse “espaços verdes” são de fundamental importância, atuando diretamente na melhoria da qualidade ambiental, pois permitem melhor circulação de ar, insolação e drenagem, além de servirem como referenciais cênicos da cidade.

Vale ressaltar que qualquer que seja a denominação ou classificação recebida, um espaço público só pode ser entendido como praça se possuir alguma função social no contexto urbano, como atividades de lazer e recreação, ser local de encontros e debates comunitários, ser, antes de tudo, frequentado por pedestres.

Dentro do contexto urbano, pode-se considerar a praça como um local onde o usuário mantém ordem e controle sobre o mundo natural e onde também há uma expectativa de como as plantas devem se comportar na cidade. Somado a isso, considere-se a praça como um local conflitante, onde as plantas trazem emoção e o “cimento” ardor, e o usuário, as prerrogativas que o levaram a frequentar tal espaço.

No que tange ao direito dos espaços públicos, escreve Santos (1996, p. 48), “Hoje, os espaços públicos (praias, montanhas, calçadas etc.) foram impunemente privatizados”. Pode-se dizer mais que isso. Os espaços que não foram “privatizados” acabaram sendo, com algumas poucas exceções, deixados à mercê da “sorte”, do tempo e das consequências dos usos inadequados por parte da população e dos maus tratos por parte do poder público.

Muitas dessas situações vividas pelas praças nas cidades brasileiras devem-se a inúmeros fatores, tais como o abandono por parte do poder público e a mudança de comportamento da população urbana, que, em nome da “tecnologia” e da “modernidade”, deixou de frequentar e de zelar por esses espaços de vital importância para a construção de um ambiente urbano saudável.

Assim, tem sido muito comum, nas praças, a perda de espaços de convivência e encontro que cedem lugar a estacionamentos para veículos automotores, principalmente nas áreas centrais das grandes cidades. As calçadas e as praças, além de estacionamentos, têm sido tomadas pela presença, cada vez mais intensa, de camelôs e de ambulantes, comercializando os mais diversos produtos.

Dessa forma, o morador da cidade, principalmente aquele de menor poder aquisitivo, ao qual por essa situação não é “permitido” frequentar espaços alternativos como shoppings, clubes particulares dentre outros espaços, acaba tendo uma das suas únicas alternativas de entretenimento, lazer e encontro barradas, em virtude de usos inadequados de logradouros públicos e do descaso das autoridades competentes, que não atuam como agentes fiscalizadores e zeladores desses espaços.

As cidades carregam o potencial de ser o local a oferecer as mudanças e as alterações de comportamento para as pessoas que ali residem. Dessa forma, esses espaços urbanos – praças – carregam, congregam e dão valores a essas mesmas cidades. Entretanto, vale ressaltar que é mediante a importância que o morador dá as praças que essas irão influenciar as cidades, seja positiva ou negativamente.

Outra função exercida pelas praças e que em muitas situações passa despercebida aos “cidadãos” – moradores e frequentadores das cidades – é a sua importância como referencial de orientação, uma vez que esses espaços conduzem a uma organização de centralidade, e de localização, função inerente à praça urbana.

Managni (1996) observa que as praças ligam-se a finalidades diversas no âmbito da vida social. Revelam o próprio significado/essência da cidade, sendo muito comum ambas se confundirem. É, sentir nesse lugar, colocado no interior das cidades, que se abriga a coletividade/ diversidade, possibilitando o “encontro entre desconhecidos, a troca entre diferentes, o reconhecimento dos semelhantes, a multiplicidade de usos e olhares tudo num mesmo espaço público, e regulado por normas também públicas”.

2. A praça brasileira

Desde a Antiguidade os jardins têm sido designados como locais propícios à meditação e à contemplação junto à natureza. O jardim representava a metáfora do Éden, associado a sua compreensão, o imaginário do paraíso.

Os jardins ocidentais, até o final do século XVIII, guardavam o intuito de serem um lugar de paz e tranquilidade; entretanto estavam quase que sempre confinados em palácios, mosteiros e conventos.

Foi na Europa, em finais do século XVIII e início do XIX, que apareceram os primeiros espaços ajardinados destinados ao uso da coletividade. Eram os chamados passeios públicos ou alamedas, que mantiveram as características dos jardins palacianos, como áreas de contemplação, meditação, passeio e fruição dos prazeres ao ar livre.

Entretanto, raramente esses espaços eram encontrados nas cidades coloniais brasileiras, estando restritos às propriedades religiosas ou aos quintais das residências, onde eram cultivadas espécies arbóreas frutíferas, hortaliças e plantas medicinais.

O chamado novo mundo, principalmente a sua porção católica, construiu os primeiros jardins públicos contemporâneos aos da Eu-

ropa. No Brasil, como marco dessas benfeitorias, se destaca o Passeio Público do Rio de Janeiro como o primeiro espaço ajardinado público do Brasil; contudo, esse espaço, a priori, estava destinado somente ao deleite da elite burguesa da sociedade carioca.

De grande importância destacar que o Passeio Público do Rio de Janeiro entrou em decadência após alguns anos de sua construção. A inexistência de uma classe burguesa urbana que necessitasse daquele espaço não oficial para suas manifestações, ao lado da multiplicidade de usos que as praças e largos coloniais permitiam, transformou o Passeio Público do Rio de Janeiro em um espaço vazio, inseguro e pouco atraente para a aplicação de recursos públicos.

É nesse momento que:

[...] as praças e as ruas mais importantes passam a receber tratamento de jardim sendo ornadas com canteiros de árvores e flores ornamentais. Como era de se esperar, o sucesso do processo de ajardinamento da cidade é enorme, e algumas das praças coloniais mais antigas e tradicionais recebem vegetação e tratamento de jardim, perdendo algumas de suas peculiaridades como largo, pátio e terreiro. (ROBBA e MACEDO, 2003, p. 26)

A influência exercida pela França e Inglaterra e as necessidades de o país se conectar com a nova ordem social, econômica, na virada do século XIX, proporcionaram o surgimento de movimentos e campanhas de modernização e embelezamento das cidades, visto que era necessário que a cidade deixasse de ser símbolo colonial e passasse a ser símbolo republicano. Nesse contexto, as cidades são transformadas e passam por uma verdadeira mudança na concepção do característico paisagístico urbano, com o surgimento dos bairros-jardins e dos *Boulevards*.

Nessa nova concepção urbana, bairros passam a ser reformulados e os que surgem já entram dotados de jardins, de avenidas com canteiros centrais. A ideia, nessa nova concepção, era de transformar a cidade num verdadeiro parque urbano.

A praça colonial, outrora usada como mercado, área de manifestações de cunho militar e político e área de recreação, perde algumas funções, mas, recebe outras no lugar. São minimizados os usos comerciais e militares e ela passa a ser local destinado à contemplação da natureza e ao descanso.

Conforme afirma Robba & Macedo (2003), o surgimento da praça ajardinada é um marco na história dos espaços livres urbanos brasileiros, pois altera a função da praça na cidade. O mercado foi transferido para edificações destinadas a atividades comerciais; as demonstrações militares de poder perdem força no Brasil Republicano. A praça agora é um belo cenário ajardinado destinado às atividades de recreação e voltado para o lazer contemplativo, a convivência da população e o passeio.

Entretanto, vale ressaltar aqui que as praças ajardinadas deveriam ser frequentadas seguindo algumas normas de conduta e comportamento bastante rígidas e hierarquizadas, não se assemelhando em nada ao antigo “largo colonial”. É justamente nesse cenário que as praças mais importantes passam a ser alvo de execução de projetos de paisagismo.

O exemplo clássico dessa nova concepção de praças é o Passeio Público do Rio de Janeiro.

A literatura sobre os espaços públicos urbanos reitera que a vida na praça era o reflexo da festa e do riso, conforme Bakhtin (Apud SEGAWA, 1996):

[...] os gênios artísticos e burgueses da praça pública estão frequentemente tão estreitamente misturados, que é por vezes difícil traçar um limite preciso entre eles. A praça no fim da Idade Média forrava um mundo único e coeso onde as tomadas de palavra estavam impregnadas do mesmo ambiente de liberdade, franqueza, familiaridade.

As áreas livres no meio urbano são planejadas com o objetivo de oferecer a oportunidade de contato contemplativo e recreativo com a natureza, em contraste com as atividades comerciais. As áreas públicas como praças, parques, passeios, jardins, passaram a ser de-

signadas e protegidas do impacto visual, ruídos e poluição, centrando-se, portanto, no embelezamento e na racionalidade da paisagem.

Na nova concepção de cidade moderna, arrojada, dinâmica e acima de tudo limpa, não era mais permitida a “construção” de espaços ecléticos. Nesse momento, a cidade deveria ser planejada de forma funcional, onde as necessidades de circulação, habitação, trabalho e lazer deveriam ser supridas e adequadas às necessidades da população.

Foi a partir da década de 1940, sob forte influência dos arquitetos Roberto Burle Marx, Thomas Church e Garret Eckbo, que começaram a se fazer os primeiros sinais de mudança nos traçados dos espaços públicos urbanos. As praças, objeto central desse estudo, passaram a ter definidas em suas funções, com programas de lazer ativo, ou seja, práticas de esportes e recreação infantil.

É lógico que essas alterações não ocorreram de modo imediato e em todas as localidades, entretanto, percebe-se forte influência desse novo “traçado” nas praças que foram concebidas após esse período.

No início dos anos de 1990, o Brasil passa a sofrer influência de arquitetos americanos, espanhóis franceses e japoneses. O volume do tráfego de veículos automotores, a crescente escalada da violência, e a constante degradação do ecossistema urbano, dentre outros fatores dessa natureza, passaram a fazer parte de muitas cidades brasileiras.

Essa nova realidade forçou a revisão de alguns conceitos relativos à função dos espaços públicos urbanos, permitindo, assim, uma maior liberdade de traçado e de concepção, que varia conforme o local da sua implantação.

Sob essa influência, os espaços públicos voltam a ser palco de atividades comerciais e de serviços, lembrando, como afirma Robba & Macedo (2003), a tradição do largo colonial, usado como mercado ao ar livre, que as políticas sanitaristas baniram das praças ajardinadas.

O traçado desses espaços denominados de contemporâneos transita livremente entre os traçados geométricos, gráficos e rígidos

até as mais irreverentes formas pós-modernas. Liberdade e irreverência são as palavras mais adequadas para definir essa linha de projeto, ainda não presente na maioria dos espaços públicos.

O final do século XX caracteriza-se pela extrema velocidade de comunicação e troca de informações, que abrangem todas as instâncias do cotidiano e superam as possibilidades de conhecimento até então experimentadas, onde essa comunicação voraz e veloz permeia o mundo urbano.

O reflexo dessas mudanças de comportamento também se observa nos projetos de praças e jardins, ou seja, nos espaços livres urbanos.

Os projetos das praças contemporâneas são típicos dos anos de 1990. Em virtude do fato de que não é possível romper e negar a influência de linhas arquitetônicas anteriores, é comum encontrarmos linhas contemporâneas ainda misturadas a outras linhas.

As praças contemporâneas são representadas em uma conjuntura urbana que aceita muitas formas de expressão. Da mesma forma que ocorre na praça moderna, a contemporânea é marcada pelo uso contemplativo, pela vivência e pelo lazer ativo. As atividades comerciais, quando fazem parte, são reflexos da herança deixada pelas praças coloniais.

Ale disso, nesse traçado, pretende-se também fazer “frente” aos *shoppings centers*, tornando esses locais atrativos, principalmente por meio das chamadas *praças de alimentação*.

REFERÊNCIAS

DE ANGELIS, B. L. D. *A praça no contexto das cidades: o caso de Maringá-PR*. 2000. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2000.

MANAGNI, J. G. C. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MANAGNI, J. G. C.; TORRES, L. L. (org.) *Na Metrópole: textos de antropologia urbana* São Paulo: Edusp, 1996.

ROBBA, F. *A praça contemporânea nas grandes capitais brasileiras (1990 a 2004)*. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2004.

ROBBA, F.; MACEDO, S. S. *Praças brasileiras*. São Paulo: Edusp, 2003.

SEGAWA, H. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo: FAPESP, Studio Nobel, 1996.

